

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.606.499 - PE (2019/0315721-8)

AGRAVANTE : PLANINFO CENTRO DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA
LTDA
ADVOGADO : RAIMUNDO DE SOUZA MEDEIROS JUNIOR - PE013005
AGRAVADO : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADVOGADOS : VITOR YURI ANTUNES MACIEL - PE022411
DANIELA LEMOS NEUESCHWANDER - PE019387
AGRAVADO : FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por PLANINFO CENTRO DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA LTDA, contra decisão que inadmitiu o recurso especial fundado no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, objetivando reformar o acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, assim ementado:

EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. CDA. LIQUIDEZ E CERTEZA. PRESUNÇÃO NÃO ILIDIDA. SELIC. LEGALIDADE.

1. Agravo de instrumento interposto por pessoa jurídica em face de decisão que rejeitou exceção de pré-executividade na qual se alegava nulidade do título executivo, por ausência dos requisitos obrigatórios previstos no art. 2º, § 5º da Lei de Execução Fiscal e no art. 202, III, do Código Tributário Nacional.

2. De acordo com o artigo 204 do Código Tributário Nacional e o artigo 3º da Lei nº 6.830/80, a dívida ativa, regularmente inscrita, possui presunção de liquidez e certeza, somente podendo ser afastada quando o sujeito passivo da obrigação traz robusta prova em contrário, o que não ocorreu na hipótese dos autos.

3. Não se vislumbra nulidade na CDA em questão. É que no título e nos anexos que o acompanham consta o valor do principal, dos juros e da correção monetária, acompanhados da legislação de regência. O valor total da dívida também consta na CDA, havendo a devida discriminação, que indica a legislação aplicada ao débito, sendo isto suficiente.

4. Quanto à taxa SELIC, o Superior Tribunal de Justiça, em recurso repetitivo, firmou entendimento no sentido de que é legítima a sua incidência como índice de correção monetária e de juros de mora na atualização dos débitos tributários pagos em atraso, conforme previsão da Lei nº. 9.250/95 (REsp nº. 1.073.846/SP, Rel. Min. Luiz Fux, DJ 25.11.2009).

5. Precedente desta Turma: (PROCESSO: 08080337120174050000, AG/SE, DESEMBARGADOR FEDERAL FERNANDO BRAGA, 3ª Turma, JULGAMENTO: 17/07/2018).

6. Agravo de instrumento não provido. Agravo interno prejudicado.

Os embargos de declaração interpostos foram improvidos.

Inicialmente, em seu recurso especial, o contribuinte suscita contrariedade ao art. 1.022 do CPC/2015, aduzindo que o Tribunal de origem, a despeito da oposição dos aclaratórios, não se manifestou acerca de questões essenciais ao deslinde da controvérsia.

Em seguida, ainda em suas razões de insurgência, o recorrente aponta como violados os arts. 202 e 203 do CTN e 2º da Lei 6.830/1980, sustentando, em síntese, que é devido o reconhecimento da nulidade da CDA que lastreia a presente execução fiscal, tendo em vista que o aludido título executivo não preencheu os requisitos legais.

Apresentadas contrarrazões pela manutenção do acórdão recorrido.

Após *decisum* que inadmitiu o recurso especial, com base na Súmula n. 7 do STJ, foi interposto o presente agravo, tendo o recorrente apresentado argumentos visando rebater os fundamentos da decisão agravada.

É o relatório. Decido.

Considerando que o agravante, além de atender aos demais pressupostos de admissibilidade deste agravo, logrou impugnar a fundamentação da decisão agravada, passo ao exame do recurso especial interposto.

Em relação à alegada violação do art. 1.022 do CPC/2015, verifica-se que o recorrente limitou-se a afirmar, em linhas gerais, que o acórdão recorrido incorreu em omissão ao deixar de se pronunciar acerca das questões apresentadas nos embargos de declaração, fazendo-o de forma genérica, sem desenvolver argumentos para demonstrar especificamente a suposta mácula.

Nesse panorama, a apresentação genérica de ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015 atrai o comando do Enunciado Sumular n. 284/STF, inviabilizando o conhecimento dessa parcela recursal.

Sobre o assunto, confirmam-se:

ADMINISTRATIVO. REDIRECIONAMENTO DE EXECUÇÃO FISCAL DE NATUREZA NÃO TRIBUTÁRIA. DISSOLUÇÃO IRREGULAR NÃO COMPROVADA. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA N. 7/STJ. IMPOSSIBILIDADE. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/73. ALEGAÇÃO GENÉRICA. SÚMULA N. 284/STF.

I - Não se conhece do recurso especial com alegação genérica de violação do art. 535 do Código de Processo Civil de 1973. Incidência do enunciado n. 284 da Súmula do STF. Necessidade de reexame de fatos e provas para modificar o entendimento do Tribunal de origem quanto à

regularidade da dissolução da sociedade empresária. Incidência do enunciado n. 7 da Súmula do STJ.

II - Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp n. 962.465/SP, Rel. Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, julgado em 6/4/2017, DJe 19/4/2017.)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CSLL. MAJORAÇÃO DE ALÍQUOTA. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/73. ALEGAÇÕES GENÉRICAS. SÚMULA 284/STF. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ.

1. A genérica alegação de ofensa ao art. 535 do CPC, sem a demonstração exata dos pontos pelos quais o acórdão se fez omisso, contraditório ou obscuro, atrai o óbice da Súmula 284 do STF.

2. É vedada a análise das questões que não foram objeto de efetivo debate pela Corte de origem, estando ausente o requisito do prequestionamento. Incidência da Súmula 211/STJ.

3. Quanto à elevação da alíquota da CSLL, o aresto recorrido está em conformidade com a jurisprudência deste Tribunal Superior, que considera que a Instrução Normativa n. 81/99 não desbordou dos limites da MP 1.807/99.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp n. 446.627/RJ, Rel. Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, julgado em 6/4/2017, DJe 17/4/2017.)

Por outro lado, é irrefutável que o Tribunal de origem, ao apreciar o conteúdo fático e probatório dos autos, consignou expressamente que "no título e nos anexos que o acompanham consta o valor do principal da dívida, dos juros e da correção monetária, acompanhados da legislação de regência.", concluindo, em seguida, que "a CDA está em harmonia com os ditames do arts. 202 e 203 do CTN c/c art. 2º, §5º da Lei nº. 6.830/80."

Dessa forma, para rever tal posição, relativa à nulidade da CDA em virtude de suposta ausência de preenchimento dos requisitos legais do título executivo em apreço, e interpretar os dispositivos legais indicados como violados, seria necessário o reexame desses mesmos elementos fático-probatórios, o que é vedado no âmbito estreito do recurso especial. Incide na hipótese a Súmula n. 7/STJ.

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, *a*, do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 20 de março de 2020.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator